

PERSPECTIVAS

COMUNICAÇÃO & RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

4ª EDIÇÃO
JULHO/2021



CRISE ENERGÉTICA 2021 - CENÁRIO E FUTURO

Em 28 de junho, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez pronunciamento em rede nacional para endereçar a escassez hidroenergética e seus impactos, dado que, desde o fim de maio, cinco unidades federativas entraram em estado de alerta de emergência hídrica. Conforme os dados do Balanço Energético Nacional de 2021, a energia hidráulica correspondeu a 65,2% da matriz elétrica brasileira em 2020. Dessa forma, a escassez hídrica atual, causada pela pior seca do país em 91 anos, também traz riscos à geração de energia para a população.

Não é a primeira vez que o Brasil se depara com o risco de escassez hidroenergética por consequência de eventos climáticos. As metas de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) assumidas pelo país no Acordo de Paris e atualizadas em 2020, são algumas das ferramentas adotadas para mitigar esse risco.

Nesta edição da Newsletter, analisamos a relação destes eventos com as mudanças climáticas, com os temas de investimentos e, ainda, com o debate sobre a adesão do mundo empresarial aos princípios ESG (Ambiental, Social e Governança).



OS EFEITOS ECONÔMICOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As crescentes alterações do regime de chuvas no Brasil têm afetado significativamente a capacidade de abastecimento das hidrelétricas do país, tornando ainda mais essencial o aumento na participação de outras fontes renováveis na matriz elétrica.

Segundo cálculo do Tribunal de Contas da União, os apagões de 2001, gerados a partir da crise hídrica, ocasionaram prejuízo de R\$ 54,2 bilhões à economia nacional. Desde julho deste ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou alteração na bandeira vermelha para o patamar 2 - o mais alto da tarifa de energia. A crise hidroenergética também deve provocar efeitos nos preços de produtos e serviços, pressionando a inflação.

Essa alta deve-se ao aumento do uso de usinas termelétricas, fonte energética mais cara e poluente, adotado como medida do governo para suprir a menor geração das hidrelétricas. Em estimativa divulgada pelo Ministério de Minas e Energia no início de julho, o uso de termelétricas deve custar cerca de R\$ 13,1 bilhões para os consumidores esse ano.



RELEMBRE MOMENTOS DE CRISE ENERGÉTICA NO PAÍS

• 2020 - Crise no Amapá:

Em 2020, o estado do Amapá enfrentou a pior crise energética de sua história, quando 90% do estado ficou sem luz após um incêndio atingir a principal subestação de energia do estado. A situação se tornou pauta central da campanha eleitoral nos municípios da região.

• 2014 - Seca em São Paulo:

Em 2014, o Estado de São Paulo enfrentou a maior crise hídrica de sua história. Para garantir o abastecimento da população, foi preciso bombear pela primeira vez o volume morto (volume d'água situado abaixo das comportas das represas) do Sistema Cantareira, que chegou a 4,4% da sua capacidade. Na situação foram registrados casos de suspensão da produção em fábricas e fechamento de comércios.

• 2001 - A Crise dos Apagões:

Em sua fala no dia 28/06, o ministro Bento Albuquerque fez referência à crise energética de 2001. Naquele ano, com a escassez de chuva e por consequência da falta de investimento do governo brasileiro no setor energético, foram feitos longos cortes forçados de energia - os "apagões" - que se estenderam por meses, paralisaram a atividade econômica e são apontadas como um fator importante na eleição presidencial do ano seguinte.



SOLUÇÕES DO FUTURO PARA AS CRISES HIDROENERGÉTICAS NO BRASIL

O sistema energético brasileiro está mais robusto e diversificado em comparação a 2001. Além da menor dependência das hidrelétricas, houve aumento da participação de outras fontes de energia limpa na matriz elétrica brasileira. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 2019 as fontes renováveis já representavam 83% do total - comparado a 25% na média mundial. Em particular, houve crescimento da participação de energia eólica (8,6%), biomassa (8,4%) e energia solar (1,0%).

Não obstante, permanece a necessidade de reduzir a dependência ainda alta das hidrelétricas sem recorrer ao aumento das emissões de gases causadores de efeito estufa. Além da diversificação com fontes renováveis, em especial eólica e solar, a substituição de fontes poluentes por alternativas mais sustentáveis também terá papel fundamental, a exemplo do gás natural e dos biocombustíveis. Confira [aqui](#) a edição da Newsletter da Perspectivas sobre o setor de biocombustíveis no Brasil.

Adicionalmente, novas tecnologias possibilitarão uma maior variedade de opções sustentáveis para suprir a demanda energética do país. É o caso do hidrogênio verde, conforme apontado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, durante o Fórum de Investimentos Brasil 2021. Durante o evento, o ministro destacou o lançamento do Programa Nacional do Hidrogênio, previsto para iniciar no próximo ano, que trará uma estratégia nacional para o uso do que o ministro qualificou como "a fonte energética do futuro". Além disso, também destacou a importância de alocar recursos para outras fronteiras tecnológicas de energia limpa, a exemplo das eólicas offshore.

PROPOSTAS DO GOVERNO

MPV N° 1.055/2021

Em 28 de junho, o governo federal editou a Medida Provisória 1055/2021, que institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais e garantir a continuidade e a segurança do suprimento de energia elétrica no país. O órgão será composto por representantes dos ministérios de Minas e Energia, Economia, Infraestrutura, Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional e tem duração prevista até 30 de dezembro.

A Medida Provisória tem validade de 60 dias, prorrogável por igual período, e deve passar por aprovação do Congresso Nacional.

MPV N° 1.031/2021

Em 13 de julho, foi publicada a Lei 14.182, de 2021, resultado da Medida Provisória 1031/2021, que trata da desestatização da Eletrobras. O modelo definido prevê a emissão de novas ações da companhia, a serem vendidas no mercado sem a participação do governo, que deve manter uma ação de classe especial com poder de veto.

A Eletrobras deve assumir programas sociais e ambientais com comitês gestores presididos por indicações ministeriais.

O texto também estipula a exigência de contratação de usinas termelétricas a gás natural para o abastecimento das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA



Alterações climáticas por fatores ambientais e naturais sempre existiram, contudo, existe um consenso entre os pesquisadores e autoridades de que fatores antropogênicos, que resultam no aumento do aquecimento global, têm contribuído para aumentar consideravelmente a frequência e a intensidade de desastres naturais afetando um número cada vez maior de pessoas.

Os eventos climáticos, como a atual seca e consequente risco de escassez hidroenergética no Brasil, ou mesmo as enchentes enfrentadas atualmente na China e na Europa, especialmente na Alemanha, impactam a economia, a vida das pessoas e podem até mesmo impactar no cenário político de uma região ou país.

Catástrofes naturais são sempre uma prova de fogo nas eleições, uma vez que podem ter potencial para melhorar ou derrubar a popularidade de um político. As inundações na Alemanha, por exemplo, aqueceram as campanhas e o debate político em torno da mudança climática nessa reta final das eleições gerais de setembro.

Além do risco político e consequente risco de mudança de rumo de um país ou região que uma catástrofe natural pode representar, as empresas que melhor se preparam e se antecipam na resiliência climática, na mitigação dos impactos de suas operações sobre o clima e investem em soluções sustentáveis estão melhor posicionadas na transição global para uma economia de baixo carbono. Essas empresas terão maior capacidade de atrair investimentos conforme os princípios ESG avançam no mundo financeiro e corporativo.

Por meio de iniciativas que contam com a chancela de organizações como as Nações Unidas, a exemplo do Energy Compact, o setor privado tem a oportunidade de publicar os seus compromissos em torno da implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (Energia Acessível e Limpa) e consolidar a sua liderança no palco global pela transição energética para um futuro mais limpo, sustentável e resiliente às mudanças do clima.

Estamos diante de uma responsabilidade compartilhada, entre o poder público, o setor privado e a sociedade. Somente assim teremos mudanças significativas necessárias para nos prepararmos para eventos similares no futuro. O Brasil tem todas as condições para liderar esse debate e transformar esse desafio global em oportunidade de desenvolvimento tecnológico, atração de investimentos e geração de empregos no país.

- Marina Mattar, fundadora e CEO da Perspectivas

SOBRE A PERSPECTIVAS

Perspectivas é uma consultoria de Comunicação e Relações Institucionais especializada em estratégia de advocacy e construção de imagem com base nos pilares do diálogo, da ética e da transparência e com foco nos princípios de ESG (Environment, Social & Governance), em especial em Economia de Baixo Carbono.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: www.perspectivasbr.com/newsletter

Contato: perspectivas@perspectivasbr.com